

# Paisagem urbana, arquitetura e representação<sup>1</sup>

*Urban landscape, architecture and representation<sup>1</sup>*

Gislaine Moura do Nascimento\* e Kátia Azevedo Teixeira\*\*

\*Mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade São Judas Tadeu (2013). Arquiteta e Urbanista formada pela mesma universidade (2010). Integra o Grupo de Pesquisa Arquitetura: ensino, teoria e produção, linha de pesquisa: Arquitetura e Cidade: produção e projeto do espaço habitado-PGAUR/USJT. Atua na Seção de Arquitetura do Centro Cultural São Paulo.

\*\*Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Arquitetura e Urbanismo e do Curso de Graduação da Universidade São Judas Tadeu. Líder do grupo de pesquisa Arquitetura: ensino, teoria e produção, que desenvolve estudos principalmente sobre os temas: espaços públicos e paisagem urbana: arquitetura dos edifícios públicos; ensino de arquitetura e urbanismo.

1. O artigo desenvolve o trabalho “A paisagem no projeto de arquitetura” apresentado no 3º Colóquio Ibero-Americano: Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto - Desafios e Perspectivas, promovido pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, 2014.

## Resumo

O presente artigo investiga aspectos da relação entre a paisagem e arquitetura selecionando, como suporte conceitual para primeiras aproximações ao tema, reflexões de Christian Norberg-Schulz e Aldo Rossi, com o intuito de construir uma leitura do projeto do Centro Cultural São Paulo, autoria dos arquitetos Eurico Prado Lopes e Luiz Telles. O projeto concebido entre 1976 e 1980 é entendido como uma das grandes contribuições da arquitetura, nesse período, a insistir na adoção da paisagem da cidade de São Paulo, como um dos critérios irrevogáveis, reconstruindo no projeto os atributos do lugar - o relevo do vale da Av. 23 de Maio e a extensão de horizontes. A análise permite reconhecer maneiras de representar conceitos na prática da arquitetura e identificar procedimentos que apontam para métodos de trabalho.

**Palavras-chave:** Paisagem urbana. Espaços públicos. Arquitetura. Lugar.

## Abstract

This paper investigates aspects of the relationship between landscape and architecture selecting as a conceptual support for first approaches to the topic, some Christian Norberg-Schulz and Aldo Rossi reflections, in order to build a reading of the Centro Cultural São Paulo project, with authorship of architects Eurico Prado Lopes and Luiz Telles. The project was conceived between 1976 and 1980, and it is seen as a major contribution for the city of São Paulo as one of the irrevocable criteria for rebuilding the project based on the attributes of the place – relief of Ave. 23 de Maio’s valley and the extension horizons. The analysis above demonstrate ways for representing concepts in the practice of architecture and identify procedures that link to working methods.

**Keywords:** Urban Landscape. Public spaces. Architecture. Place.

## Introdução

**A** compreensão do conceito de paisagem como lugar em que o homem habita sugere uma abordagem contemporânea que se afasta da leitura que vigorou até a primeira metade do século XX, da paisagem como um plano de fundo da obra de arquitetura ou de algo a ser contemplado a partir dela.

Dos diferentes aspectos que envolvem o conceito, seleciona-se em simultâneo as reflexões de Aldo Rossi e Cristian Norberg-Schulz, que ora se aproximam e ora se distanciam, como estratégia que incentiva a discussão (inconclusa), no ensaio que se apresenta.

Também o conceito de *lugar* na área de arquitetura (e urbanismo) se afasta da ideia de uma localização abstrata, ultrapassando-a: na composição desse entendimento comparece uma percepção do local que reúne a presença humana, os elementos construídos e os fatos históricos e culturais que determinam sua qualidade

e distinção, tal como esclarece Norbert-Schulz (2006 p. 444): “(...) uma totalidade constituída de coisas concretas que possuem substância material, forma, textura e cor. Juntas essas coisas determinam uma ‘qualidade ambiental’ que é a essência do lugar”.

E se, enquanto *lócus*, o lugar em arquitetura significa a existência de relações particulares mas universais – no sentido de que possam ser percebidas pelos diferentes homens - estabelecidas entre o local e os artefatos que nele foram criados, como pretende Rossi (2001), pode-se apreender a existência de uma relação de interdependência entre a construção humana de seu *habitat* e o ambiente em que está inserido.

De todo modo, a ideia de paisagem parece já não se equacionar exclusivamente no interior de si mesma, revelando o antropocentrismo presente em tais conceituações. Investigar como ou se tais

raciocínios podem estar revelados na representação do projeto é o principal intuito deste trabalho.

### A PAISAGEM COMO O LUGAR

As interpretações do espaço a partir da ideia de lugar, em Aldo Rossi e Norberg-Schulz, recuperam o conceito clássico de *genius loci*, e sua relação com o Daimon dos gregos, o “espírito do lugar”.

A escolha do lugar tanto para uma construção como para uma cidade apresentava um valor preeminente no mundo clássico: a “situação”, o sítio, era governado pelo ‘genius loci’, pela divindade local de tipo intermediário que presidia tudo que ocorria naquele lugar” (ROSSI, 2001 p. 147).

Segundo Norberg-Schulz, “os antigos viviam seu ambiente como constituído de caracteres definidos [...] reconheciam a suma importância de entrar em acordo com o *genius* da localidade onde viviam. (2006 p. 454). Essa qualidade intrínseca e essencial de cada lugar – esse *genius* - precisa ser identificado e reconhecido, isto é, respeitado, para que os homens nele sejam capazes de habitar.

Dessa base de entendimento que apresenta convergências sobre o conceito de lugar, ambos os autores prosseguem por meio de abordagens distintas que podem resultar em representações diferentes de um mesmo lugar. A análise de Rossi desenvolve-se a partir do reconhecimento da-

queles elementos urbanos do passado que se fazem presentes e que devem permanecer no futuro. Esses elementos são, nas palavras do autor, permanências que caracterizam um “passado que ainda experimentamos” (ROSSI, 2001 p. 52). No propósito de identificar tais elementos – fatos urbanos – sugere-se uma escala de tempo que se atém à persistência dos elementos construídos.

Nessa lógica, a função para a qual foi edificado o objeto arquitetônico e o modo como os indivíduos usufruem do espaço são dados variáveis, imprevisíveis, que não necessariamente precisam ser considerados na concepção do projeto, pois que se modificam diante de diversos fatores sociais e culturais ao longo do tempo, das gerações. À significação do lugar, são as memórias a ele vinculadas que importam. Compreensão instigante ao se considerar que é elaborada na década de 60 (sec. XX), quando o princípio de *forma e função*, entendidos como correlatos de um mesmo intento, ainda é praticamente indiscutível.

Para Norberg-Schulz a preponderância da visão racionalista de espaço geométrico, tridimensional, tão cara ao raciocínio modernista, deslocou com prejuízos para um segundo plano a consideração da vida humana e de seu cotidiano, nos pressupostos que encaminham a ação de projeto. O ponto de vista que defende, ao recuperar o conceito de lugar, atribui menor atenção aos *cercamentos* - denominação dada aos elemen-

tos construídos pelo homem - para evidenciar as propriedades empíricas que a relação entre paisagem e assentamentos pode indicar, a partir do conceito de “caráter”, como um dado fundamental ao reconhecimento da estrutura do lugar:

Caráter é um conceito ao mesmo tempo mais geral e mais concreto do que “espaço”. Por um lado, indica uma atmosfera geral e abrangente e, por outro, a forma e a substância concreta dos elementos que definem o espaço. (...) Até certo ponto o caráter de um lugar é uma função do tempo; ele muda com as estações, com o correr do dia e com as situações meteorológicas, fatores que acima de tudo, determinam diferentes condições de luz. (NORBERG-SCHULZ, 2008 p. 451)

Como é possível notar, as mudanças do caráter de um determinado lugar são atribuídas principalmente às alterações climáticas, decorrentes da natureza. Parece sugerir o autor, em sua reflexão, um retorno ao propósito original da construção: a criação de um meio adequado para a sobrevivência e as atividades humanas, para o qual retira do homem as relações de domínio sobre a paisagem.

Se é mais facilmente constatado um maior grau de abstração nessas reflexões de Norberg-Schulz, é no entanto igualmente complexo identificar maneiras de representar ambas as concepções na prática do projeto.

O início do projeto para Aldo Rossi pressupõe, como primeira fase da concepção, o reconhecimento do *locus* - de um fato singular moldado por tempo e espaço, memória e forma - fatos urbanos na nomenclatura do autor, que se mantiveram ao longo do tempo e que, pelo conjunto de significados que incorporam, são capazes de orientar a próxima ação de projeto. E, em um procedimento lógico de entendimento dos tipos arquitetônicos<sup>2</sup> presentes na área ou na região, o desenho proposto é sugerido por analogia, pela estrutura específica daquele *lugar*. Prepondera pois, claramente, o sentido de coletividade, do projeto orientado pela escala e tipo das construções existentes.

Norberg-Schulz propõe, tal como Rossi, a leitura da paisagem na etapa inicial do projeto mas atento ao reconhecimento dos dados do ambiente que configuram o caráter do sítio, assim como dos elementos que evidenciam o habitar, ou seja, os elementos que expressam a relação entre o homem e o lugar, enfatizando portanto a orientação do projeto a partir da concepção do detalhe que pode qualificar a experiência do indivíduo no ambiente.

Nesse quadro, é valiosa a colaboração de Kevin Lynch, urbanista ressaltado por ambos os autores, criador de uma metodologia para a leitura de ambientes urbanos, partindo da constatação de que identificar o ambiente é uma habilidade vital para todos os seres que se movimentam. Para Lynch (2011), não se apreende o todo do espa-

2.Segundo Aldo Rossi o termo tipo trata da “própria ideia da arquitetura, aquilo que está mais próximo de sua essência” (2001 p. 27), ou seja, reconhecer os tipos presentes no lugar é identificar a ideia, que serve de regra para concepção de um conjunto de arquiteturas em uma determinada área ou região.

ção de vez única, mas paulatinamente, função do tempo e do conjunto de interesses que norteia o observador. Outra condição identificada é aquela que nega, para o habitante da cidade, o *valor por si* só de qualquer elemento isolado, para compreendê-lo sempre na relação particular que cada cidadão estabelece com trechos, momentos, partes da cidade.

Da atenção voltada ao modo “(...) como os homens se orientam na cidade, a evolução e a formação de sentido do espaço” (2001 p. 22), e da constatação de que a imagem que o indivíduo retém do *lugar* está impregnada de memórias e significados, Lynch identifica elementos que conferem ordem visual à paisagem e que, por isso mesmo, mantêm-se no espírito do homem como resultado de experiências já vividas.

Ao apontar componentes que visualmente conferem clareza à paisagem, o raciocínio de Lynch comparece, neste ensaio, como apoio à reflexão de Rossi, por tratar justamente de elementos que, carregados de significado para o coletivo, configuram a estrutura espacial da cidade, a sua imagem. Tais elementos são passíveis de serem estudados individualmente no que se refere à importância histórica de cada um na construção da cidade e, conseqüentemente, à pertinência da sua permanência na paisagem.

A característica empírica dos estudos de Lynch também interessa a Norberg-Schulz, pois a ve-

rificação daquilo que permite a identificação humana com os objetos que compõem o ambiente complementa a leitura dos elementos que configuram o todo da paisagem. Nesse sentido, para a leitura de seus componentes - sejam aqueles do contexto estrutural da cidade, sejam os da escala de percepção dos indivíduos relativamente à sua orientação no espaço - o conceito de legibilidade desenvolvido por Kevin Lynch também instrui a fundamentação deste ensaio:

O termo legibilidade trata da “clareza aparente da paisagem das cidades (...) a facilidade com que suas partes podem ser reconhecidas e organizadas num modelo coerente (...) uma cidade legível seria aquela cujos bairros, marcos ou vias fossem facilmente reconhecíveis e agrupados num modelo geral. (2011 p. 3)

Contudo, justamente porque os limites entre a representação do individual e do coletivo, na orientação da concepção do projeto de arquitetura, podem não ser exatos, sugerem a sobreposição de procedimentos e a elaboração de novos conceitos. É nesse sentido, para o interesse deste trabalho, que as reflexões de Aldo Rossi, Norberg-Schulz se complementam.

Adotar a continuidade da paisagem como critério para a intervenção arquitetônica pressupõe, no início da concepção do projeto, a leitura dos elementos mais significativos que lhe deram origem, que ainda estão presentes e, se preser-

vados, permitirão a apreciação da mesma paisagem após a construção da nova arquitetura. Esses elementos são, na compreensão de Rossi, *permanências* que caracterizam um “passado que ainda experimentamos” (ROSSI, 2001 p. 52), e identificar tais elementos é procedimento que integra um método capaz de orientar o projeto do novo, em continuidade com o espaço (urbano) existente, questão fundamental segundo o autor, para o entendimento da paisagem urbana em sua totalidade.

Embora a construção da cidade tenha criado uma relação de interdependência entre o traçado, o relevo e a arquitetura, tornando justo o reconhecimento do conjunto desses elementos como um fato urbano, ao critério das permanências obriga “(...) a considerá-lo fora das ações presentes que o modificam” (ROSSI, 2001 p. 52) ou, em outros termos, impõe a necessidade de detectar e analisar separadamente os elementos que compõem esse fato urbano. É essa a conduta que vai permitir a verificação da relevância efetiva de cada um dos componentes na origem da paisagem para, então, eleger as principais condicionantes a orientar a elaboração do projeto.

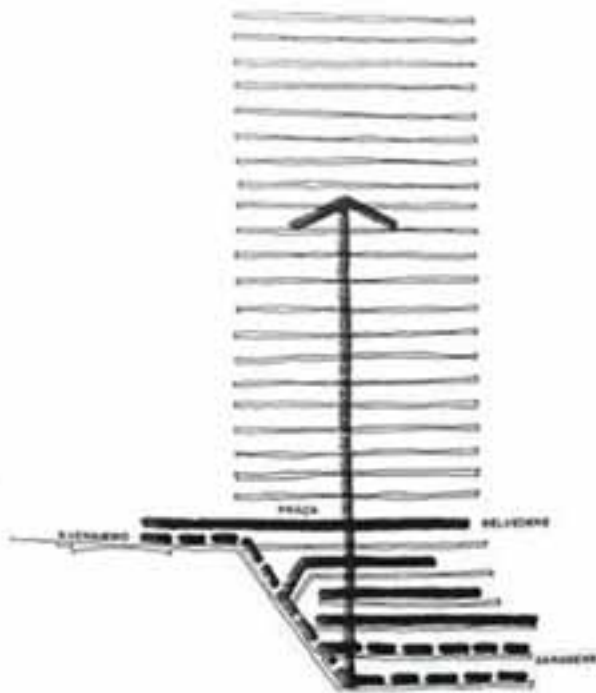
Mas, para a racionalidade de Rossi, as experiências e impressões diversas das pessoas sobre a arquitetura não se instalam em primeiro plano, não compõem a sua concepção de permanências, pois são volúveis, variáveis ao longo do tempo e, por tal intrínseca condição, não se consti-

tuírem em fatos verificáveis. Por isso a defesa da arquitetura da cidade como construção coletiva – “o todo é mais importante do que as partes” (2001 p. 24) - característica e atributo a orientar a elaboração de um projeto de arquitetura.

Ao contrário, se para Norberg-Schulz (2008 p. 71) “O lugar é a concreta manifestação do habitar humano”, e é esse habitar que dá suporte à sua existência por meio dos vínculos criados entre indivíduo e meio, parece clara a defesa que faz o autor da arquitetura como elemento mediador e ordenador dessas relações. À construção do lugar, do lugar de cada um, Norberg-Schulz (2006 p. 455) lembra ainda que “Quando o homem habita, está simultaneamente localizado no espaço e exposto a um determinado caráter ambiental,” condição que implica diretamente em duas funções psicológicas, comuns a todos nós: orientação e identificação. Nesse sentido, Norberg-Schulz amplia a reflexão de Kevin Lynch sobre os elementos de orientação do espaço, que segundo Norberg-Schulz, “se limita a analisar a função espacial desses elementos e, por conseguinte, nos lega um entendimento fragmentário do habitar” (2006 p. 456), ressaltando que, para habitar uma pessoa precisa, primordialmente, identificar-se com o ambiente.

Por outro lado, orientação e identificação, no sentido em que estão colocados, remetem à ideia de pertencimento, atributos que não são facilmente conquistáveis e percebidos em um

Figura 1 – À esquerda: corte elaborado pela EMURB para o termo de referência da Licitação Nova Vergueiro, com as torres que permitiam a elevação de adensamento sobre embaçamento destinado a serviços. À direita, imagem publicada pela Revista Manchete a partir de perspectiva elaborada pela EMURB para divulgação do plano de revitalização Nova Vergueiro. Fonte: Anelli, 2007



projeto, quando a relação pretendida é a da arquitetura e a paisagem, ultrapassando portanto a questão da comunicação interna à edificação. Trata-se mais, talvez, de criar uma interdependência entre tais elementos, uma correspondência de valores, uma envolvimento, quiçá uma intimidade, que uma relação de visualidade entre objeto e paisagem.

### CENTRO CULTURAL SÃO PAULO

No período em que se dá a construção da Estação Vergueiro cabe à Companhia Metropolitana



de São Paulo – Metrô, a responsabilidade do planejamento das linhas e projeto das estações e à Empresa Municipal de Urbanização – EMURB, a elaboração dos planos de reurbanização das áreas envoltórias de estações e linhas, que tem o intuito de permitir a comercialização com lucros adequados à amortização dos custos de implantação da rede.

Durante a construção da Estação Vergueiro, uma faixa de terreno com cerca de 80.000m<sup>2</sup>, entre a Avenida 23 de Maio e a Rua Vergueiro, foi destinada à revitalização da área em um projeto nomeado de Nova Vergueiro, objeto de licitação lançada pela Prefeitura de São Paulo em 1974 (ANELLI, 2007). No Termo de Referência preparado pela EMURB demonstram-se em croquis esquemáticos as diretrizes para elaboração dos projetos [1].

Os esquemas de implantação e índices de ocupação e de aproveitamento propõem que o espaço da Rua Vergueiro estendesse através do nível térreo, tornando-se uma praça em plataforma para o vale da 23 de Maio. Acima desse nível seriam erguidas as torres e abaixo ficariam serviços e estacionamento. A Igreja de Santo Agostinho, com seu pequeno largo, assumiram o papel de uma referência histórica da região, estruturando a travessia do vale pelo Viaduto Beneficência Portuguesa e Rua João Julião. (ANELLI, 2007 p. s/n)

Ao conjunto atribui-se uma função no reordenamento urbano dessa região da cidade e, em consequência, a imagem da forma projetada representa esse ideal: torres para elevação de adensamento, erguidas sobre um embasamento em que se concentrariam as áreas de serviços e estacionamento. O relevo, condicionante fundamental da implantação, ampara o programa arquitetônico do edifício: praça-plataforma que prolonga o espaço da Rua Vergueiro como um mirante para o Vale da Avenida 23 de Maio, relação que pode ser reconhecida a partir da leitura do corte transversal do terreno apresentado na proposta. [1]

O projeto vencedor, de autoria dos arquitetos Roger Zmekhol e Sidinei Rodrigues, embora atento às orientações da EMURB, provoca uma série de discussões, tanto em relação ao rumo do aproveitamento das grandes áreas vinculadas aos investimentos de infraestrutura, quanto ao impacto que causaria na paisagem urbana.

Em 1975, após determinar a anulação dessa concorrência, o novo prefeito Olavo Setúbal doa um trecho da área utilizada para canteiro de obras do Metrô - parte essa com aproximadamente 22.000m<sup>2</sup> - ao Departamento de Bibliotecas Públicas do Município de São Paulo, visando a construção da Nova Biblioteca Central Vergueiro. A prefeitura contrata a equipe de arquitetos do escritório PLAE Arquitetura SC Ltda, liderada pelo arquiteto Eurico Prado Lopes, para acompanhamento e finalização do relatório do Programa

Funcional e para a elaboração do projeto de arquitetura (TELLES, 2002).

A localização do lote conferiu ao projeto significativa complexidade: em um trecho da encosta do vale do antigo córrego Itororó<sup>3</sup>, o terreno, de geometria alongada e estreita delimitado por vias de alto tráfego, encontra-se no limite das regiões do Paraíso, Bela Vista, Aclimação e Liberdade sem pertencer a nenhum desses bairros distintos e de identidades consolidadas (Serapião, 2012 pp. 15,16), características que denotam a condição de área remanescente à ocupação e à construção da cidade.

O desenho resultante da implantação da Avenida 23 de Maio e da Rua Vergueiro conferem expressão significativa ao sentido longitudinal da paisagem. A proximidade entre as duas vias cria uma estreita faixa de terrenos, com cerca de 70m de largura e 3 km de extensão, iniciada na zona sul da cidade, até a Sé na área Central. O lote, onde se implanta o projeto do centro cultural ocupa apenas uma parte de aproximadamente 400m desse recorte da cidade. Esse entendimento, que pode ser fundamental na elaboração de um projeto de arquitetura, constata-se na análise da forma do edifício estudado.

Pode-se verificar na proposta dos arquitetos Eurico Prado Lopes e Luiz Telles, tanto para a Biblioteca quanto para o Centro Cultural a intencionalidade de representar a intersecção dessas áreas da cidade na forma do edifício. Nesta análise, o conjunto de

3. Afluente do rio Anhangabaú - assim como os córregos Saracura, Moringuinho e Bexiga - o córrego Itororó (pequena cachoeira ou salto) coincide com a Av. 23 de Maio, saindo da parte alta da mesma, entre a Av Paulista e a Liberdade. Fonte: <http://cidadedesaopaulo-historia.blogspot.com.br/2010/01/fundacao-de-sao-paulo.html>



critérios reconhecidos na elaboração do projeto, será sintetizado, pela noção de *continuidade da paisagem urbana*, em referência ao pensamento desenvolvido por Aldo Rossi (2001), com foco principalmente no conceito de fatos urbanos.

Os autores do projeto optam por preservar e ressaltar duas permanências fundamentais na configuração da área de implantação: o traçado urbano, ou seja, o desenho das vias que revelam o sentido predominantemente longitudinal da paisagem e o relevo, caracterizado pela condição de encosta de vale.

Embora as vias e a estação de transporte de massa que cercam o lote compõem o sistema de mobilidade urbana em escala metropolitana, portanto desempenham função essencial no cotidiano da população e na dinâmica da cidade, não são tais elementos, enquanto delineamento, que orientam o projeto do Centro Cultural São Paulo.

O traçado origina-se das características do relevo, incluindo o afluente do Rio Tamandateí (córrego Itororó) que, apesar de oculto sob a Avenida 23 de Maio, é uma das permanências de maior importância nessa paisagem, pois de há muito condiciona a ocupação humana nessa região e, conseqüentemente, a arquitetura [2].

Nesse contexto, a leitura das vias existentes (que limitam o lote) sugere que seu desenho ultrapassa o caráter estritamente funcional de acesso, quando se retomam conceituações de Norberg-Schulz (2006). A criação da Rua Vergueiro, por exemplo - datada do início da ocupação da cidade - por acompanhar o antigo curso d'água, pode bem significar e representar a necessidade de orientação do homem ao se deslocar no espaço, assim como a criação dos viadutos Beneficência Portuguesa e Paraíso, além de estabelecer a condição de transposição e ligação entre as duas regiões divididas, inaugura um lugar no lado "de lá", para quem está de cada lado do vale.

A ideia de conservação e continuidade da paisagem existente está presente na elaboração do edifício, cooptando-se os elementos dela predominantes: a situação de encosta, reconhecida em toda extensão da Avenida 23 de Maio e a possibilidade de amplas perspectivas proporcionada pela horizontalidade e dimensão longitudinal do terreno estão representadas formalmente no projeto por um volume baixo e estreito, longo, marcado por um plano inclinado, tal como o talude onde se assenta [3].

Figura 2 - À esquerda, o córrego Itororó em 1942, visto a partir da Rua Pedroso. Foto: Benedito J. Duarte, acervo da Casa da Imagem. Fonte: < <https://quandoacidade.wordpress.com/category/rios/page/2/> > À direita, o rio em 1965, visto da Rua Vergueiro (onde hoje se localiza o Viaduto Pedroso). Fonte: < <http://www.pinterest.com/lilianelacquila/sao-paulo/> > Acesso 02/08/2014.



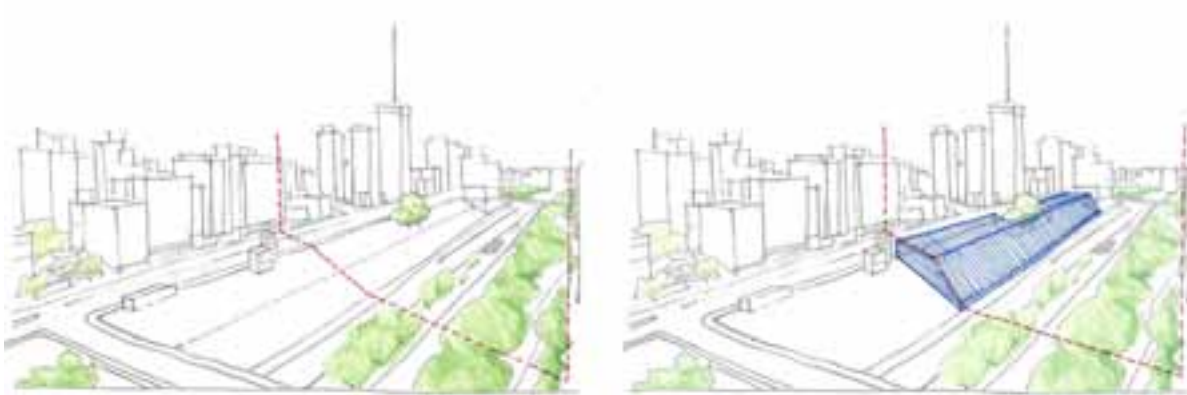


Figura 3 – À esquerda: CCSP, uma leitura das condicionantes da implantação, com a ampla perspectiva do vale e o eixo longitudinal predominante do traçado. À direita: CCSP, com uma hipótese de elaboração da forma como resultante das condicionantes da implantação. Croquis: Gislaine Nascimento

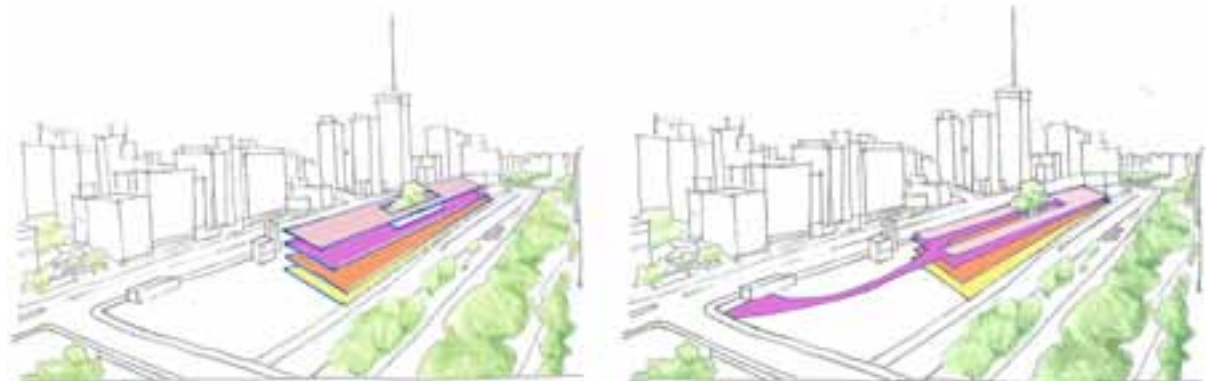
No intento de continuidade da paisagem – agora como memória - a decisão de preservar o conjunto de árvores existentes, pouco deslocadas do centro do terreno, perpetua-se no desenho do edifício, evidente no amplo recorte feito no volume [3]. A presença expressiva dessa vegetação no espaço projetado permite avistá-la pelos diversos pisos do edifício, mesmo nas áreas internas, pela opção da transparência aplicada aos fechamentos.

Define-se, dessa maneira, um marco de outra “natureza” que cria lugar em torno de si, orienta os

percursos pelo edifício e também conduz a organização do programa [4]. Circunstância que remete à importância dada à forma por Aldo Rossi quando a mesma está imbuída de significado e, então, “parece resumir o caráter total dos fatos urbanos, inclusive a origem deles” (ROSSI, 2001 p. 17). Bela e agradabilíssima solução que expressa, também, a ambiência do lugar, a interdependência requerida com a paisagem e, ao mesmo tempo, a individualidade do projeto, lembrando as reflexões anteriormente apontadas de Norberg-Schulz (2008).

Outro dado da solução - a alteração do volume para incorporar ao projeto a rua interna proposta por Eurico Prado Lopes [4] – definindo, de vez, a concepção total do projeto, permite que o acesso das pessoas ao edifício deixe de estar condicionado ao programa ou às atividades oferecidas pela instituição: a rua é um percurso com clima próprio, paisagem interna, alternativos à calçada de fluxo intenso da Rua Vergueiro e, ao mesmo tempo, proporciona a integração dos usos dos espaços do centro cultural ao cotidiano da população local.

Figura 4 – À esquerda, composição da forma: concepção do edifício em longos patamares que reforçam a ideia de horizontalidade do partido. À direita: CCSP –composição da forma: alteração do volume do edifício para incorporar rua interna ao projeto. Croquis: Gislaine Nascimento



Acrescenta-se, assim, outra qualidade à elaboração da proposta: se até então considerou-se a dimensão coletiva do projeto, no sentido da relação do edifício com a cidade, a rua interna leva a um desdobramento consequente de si mesma: pensar na ocupação do espaço dessa arquitetura pelas pessoas, na experiência do indivíduo no espaço estudado [5]. Entendimento que permite a esta análise admitir a concepção da arquitetura sob um segundo conjunto de critérios, identificados pela ideia de criação do *lugar*.

O aprofundamento de procedimentos e o desenvolvimento de soluções que tornassem essa arquitetura adequada tanto aos interesses públicos da instituição quanto aos da população, para que pudesse ser explorada e usada mais livremente, conduziu os autores do projeto ao enfrentamento de questões pouco prováveis à época, dentre aquelas consideradas relevantes para a elaboração de projetos de arquitetura. Questões de ordem subjetiva como percepção, identificação e apropriação pelos usuários, no intuito de fortalecer as relações entre espaço projetado, cidade e indivíduo, permitem a aproximação, nesta análise, entre a intenção acima explicitada por um dos autores do projeto e as formulações de Norberg-Schulz (2006)

Aproximação que se constata, também, por exemplo, na decisão sobre a localização do percurso dos usuários no edifício relativamente ao sítio: aberturas e acessos funcionam como elementos de ligação entre o espaço cercado e a paisagem exterior da cidade. Mas são as soluções criadas no projeto para conferir singularidades ao espaço percorrido que mais se vinculam aos critérios de Norberg-Schulz, para quem orientação e identificação são condições que permitem determinar um caráter aos espaços, são elas que instituem os lugares.

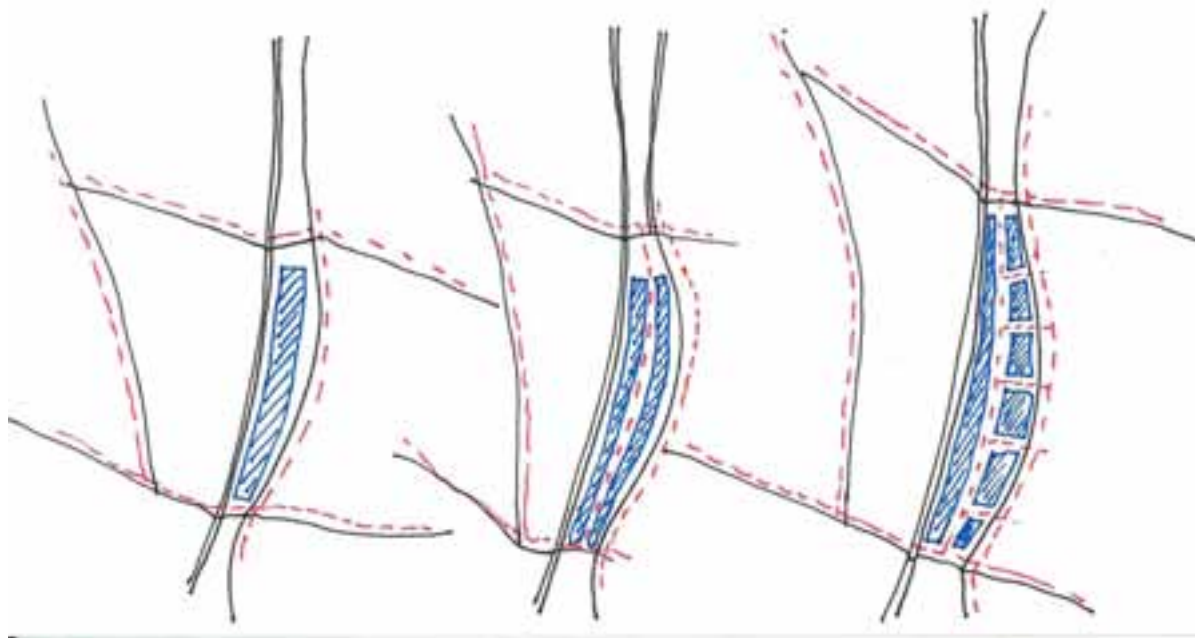


Figura 5- CCSP: representação da escala da cidade e do bairro na forma do edifício, com a cidade (esq.), a rua interna no edifício (centro) e a segmentação da forma nos vários acessos possíveis, relacionados à escala bairro e ao conforto do usuário. Fonte: croqui da pesquisadora

Na arquitetura do Centro Cultural São Paulo aliam-se - à intenção de criar elementos de referência para orientação do visitante, tal como também menciona (LYNCH, 2011) atributos de

espaços que, podendo ser registrados pela memória, originam uma identidade entre aquele que desfruta e o lugar. Na experiência do cotidiano das pessoas, o conjunto desses recursos é o que caracteriza a arquitetura do edifício: o enorme gramado descoberto, a escada curva e vermelha, a constante visão do núcleo de árvores, as grandes rampas azuis, o palco em arena: soluções de projeto que tornam secundária a necessidade de recursos gráficos - como placas indicativas ou mapas - para a orientação do usuário. E, ainda, tais momentos do edifício se sobrepõem à imagem do edifício em sua totalidade, por se constituírem em lugares eles mesmos, capazes de serem percebidos e usados como tal: ver e ouvir de perto, percorrer, tocar, reunir e isolar-se, condições que, nos termos de Norbert-Schulz, correspondem à definição de habitar [6].

Investigar a evolução do debate, latente na segunda metade do século XX, sobre a relação entre arquitetura enquanto construção humana e paisagem entendida como o lugar em que o homem habita permitiu desenvolver uma análise envolvendo o processo de concepção do projeto e realizar algumas considerações gerais acerca desse tema.

Constatado os limites dos procedimentos puramente racionais de concepção da arquitetura, o estudo do projeto do Centro Cultural São Paulo, dos arquitetos Eurico Prado Lopes e Luiz Telles, permite que o mesmo seja entendido como um enfrentamento das condições usuais que, à época, nortearam as construções de equipamentos e espaços públicos na metrópole, com as construções sobrepondo-se a qualquer característica do território, como se verifica na própria orientação dada pela EMURB, aqui anteriormente apresentada. Concebido entre 1976 e 1980, o projeto do CCSP talvez tenha sido uma das primeiras con-

Figura 6 – CCSP: o caráter do espaço dado por elementos da arquitetura, referências que podem ficar na memória do visitante. À esquerda, plano gramado que recupera a linha do horizonte em meio ao entorno verticalizado; ao centro, a escada helicoidal vermelha, ponto de encontro e um marco no percurso do usuário; à direita, as rampas suspensas, no amplo vazio da biblioteca. Fonte: arquivo de Gislaine Nascimento

## 1. À QUISA DE CONSIDERAÇÕES



tribuições da área de arquitetura a insistir na adoção da paisagem, em São Paulo, como um dos critérios irrevogáveis à criação de espaços, nele reconstruindo os atributos do lugar: de um lado, a escala da metrópole, o relevo do vale da Av. 23 de Maio, o plano inclinado do talude – como a lembrar a situação de encosta às margens do antigo afluente, hoje oculto na paisagem – a extensão de horizontes; de outro a escala do bairro, o vizinho, os percursos que se cruzam.

É também um dos exemplos pioneiros a ultrapassar o atendimento às condições de um programa arquitetônico complexo, para investigar, de modo perseverante, com as contribuições de outras disciplinas, requisitos que podem ou devem integrar a concepção de novos lugares, capazes de criar memória, tal como recorda uma frequentadora:

“ Se eu voltar a ser adolescente, quero passar os meus fins de semana aqui, entre exposições, concertos e sessões de teatro, uma biblioteca imensa, mesas para jogar xadrez, grupos de rappers a dançar break-dance, e no topo uma relvinha para apanhar sol. Para quem vai de metrô, fica uma estação antes do Paraíso”<sup>4</sup>.

Tão importante quanto identificar alguns elementos que explicam a relação de pertencimento que os usuários demonstram no uso cotidiano da instituição foi, neste trabalho, apontar alguns critérios que podem ter conduzido às soluções

.Ressaltaram-se aqueles embasados em dados empíricos e variáveis, como a procura de uma atmosfera convidativa e agradável, de um espaço seguro e legível. Aspectos imprecisos para mensuração, por vezes difíceis de serem identificados, mas que foram considerados na elaboração do projeto do edifício estudado e, provavelmente, contribuíram de modo importante à aproximação dessa arquitetura ao cotidiano dos usuários, dos vizinhos, dos que por ali passam.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

JACOBS, Jane. **Morte e Vida de Grandes Cidades**. - São Paulo : Martins Fontes, 2003.

KUHN, Thomas. **A Estrutura das Revoluções Científicas**. - São Paulo : Editora Perspectiva, 1996.

MONTANER, J. M. **A Modernidade Superada. Arquitetura, Arte e Pensamento do século XX**. - Barcelona : Gustavo Gili, 2001.

\_\_\_\_\_, Josep M. **Después del Movimiento Moderno**. Arquitectura de la Segunda Mitad del Siglo XX. - Barcelona : Gustavo Gili, 1999.

LYNCH, Kevin. **A Imagem da Cidade** [Livro]. - São Paulo : Martins Fontes, 2011.

NESBITT, Kate. **Uma Nova Agenda para a Arquitetura**. Antologia teórica 1965-1995 - São

4.ana@anasabino.com. In Vegetal, São Paulo, 11 de Dezembro de 2011. Fonte: disponível em <http://aquihasabia.wordpress.com/category/vegetal>

Paulo : CosacNaify, 2006.

NORBERG-SCHULZ, Cristian. Intenciones en Arquitectura. - Barcelona : Gustavo Gili, 2008.

\_\_\_\_\_, Cristian. **O fenômeno do lugar** [Seção do Livro] // Uma Nova Agenda para Arquitetura. Uma antologia teórica 1965-1995 / A. do livro NESBITT Kate. - São Paulo : COSAC-NAIFY, 2006.

ROSSI, Aldo. **Arquitetura da Cidade** [Livro]. - São Paulo : Martins Fontes, 2001.

SERAPIÃO, Fernando. **Centro Cultural São Paulo: Espaço e Vida**. - São Paulo : Monolito, 2012.

## TESES E DISSERTAÇÕES

NASCIMENTO, Gislaine M. **A representação do lugar no projeto de arquitetura pós moderno**. São Paulo: Universidade São Judas Tadeu, 2013.

TELLES, Luiz. **CCSP-Centro Cultural São Paulo: Um Projeto Revisitado** . - São Paulo : Universidade Persbiteriana Mackenzie, 2002.

## ARTIGOS DE REVISTAS

ANELLI, Renato Luiz Sobral *Arquitextos* 088.01 // Portal Vitruvius. - 08 de set de 2007. - 10 de jul de 2013. - <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.088/204>. ■